

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO  
PAE URUBUQURA – POLO ANUERÁ.**



**Cachoeira do Arari – Marajó – Pará  
Março-2015**

## **Dados Gerais**

Projeto  
**ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE  
Ano 2013 – Lote 19**

Realização  
**Instituto Peabiru**

Diretor  
**João Meirelles Filho**

Equipe Técnica e de campo  
**Thiara Fernandes  
Rosemiro Rodrigues  
Paula Vanessa Silva  
Ana Rachel Broni  
Ediana Tavares  
Elvesson Ferreira  
Gilberto Azevedo  
Gilberto Oliveira  
Elaine Gouvêa  
Anete Ribeiro**

Elaboração do documento  
**Thiara Fernandes**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA</b>	<b>5</b>
<b>3. RESULTADOS ALCANÇADOS</b>	<b>6</b>
3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL	6
3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS	18
3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS	21
<b>4. AVALIAÇÃO DA OFICINA</b>	<b>27</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>27</b>
<b>6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>29</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados da construção do Plano Participativo do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Urubuqura – Polo Anuerá, localizado no município de Cachoeira do Ararí – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas.

A chamada tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis, familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizada em dezembro de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda constituiu-se na **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). A partir da análise das informações obtidas com DRP, foi construído o **Plano Participativo** (2.1), o qual é constituído das seguintes partes:

- Plano de organização social;
- Projeto de Desenvolvimento da Atividade Produtiva e/ou Projeto de Desenvolvimento do Empreendimento;
- Plano de Comercialização;

Cada item do Plano Participativo tem como foco definir ações de curto, médio e longo prazo, visando a qualificação da produção, comercialização, infraestrutura, gestão comunitária, organização social, recuperação, regularização e licenciamento do uso dos recursos naturais, realização de simulações de composição de atividades agroextrativistas e não agroextrativistas. Foi discutido de acordo com a metodologia descrita no item a seguir.

## 2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A realização do Plano Participativo seguiu as orientações básicas da Chamada Pública de ATER, a qual prevê uma oficina de três dias, 24h. Para cada dia de trabalho foi proposto que assentados discutissem, respectivamente, os seguintes temas: a) plano da organização social; b) projeto de desenvolvimento produtivo; e, por fim c) plano de comercialização.

Devido o tamanho do PAE e distribuição geográfica das comunidades, foram realizados dois planos participativos, no intuito de abranger maior diversidade informações. Nesta etapa, a atividade foi realizada com as famílias das comunidades Mata Fome, Guajará, Fundão, Baixo Urubuqura, Alto Anuerá e Furo Grande da Sé, identificamos como Polo Anuerá, dentro do PAE Urubuqura.

Para contextualizar a discussão e construção dos planos, foi realizada a socialização das informações levantadas no DRP, identificando-se também os gargalos da organização social, atividades produtivas e comercialização no PAE.

Para auxiliar na construção do Plano Participativo, a equipe de moderadores baseou-se na metodologia utilizada na construção do Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares, do *Projeto Agenda 21*, desenvolvido pelo Instituto Peabiru no período de fevereiro de 2009 a maio de 2014, na Vila dos Palmares, município de Moju – PA, na qual foram identificadas, a partir de um diagnóstico, as principais demandas da comunidade e assim, foram propostos encaminhamentos para cada demanda.

Como norteador da metodologia, foram utilizadas as perguntas do quadro a seguir, direcionadas a cada problema identificadas no DRP, construindo assim encaminhamentos de curto, médio e longo prazo.

<b>Problemas identificados</b>	<b>O que precisamos fazer para resolver?</b>	<b>O que podemos resolver agora?</b>	<b>O precisamos da ajuda de fora?</b>	<b>Responsável da comunidade?</b>	<b>Órgãos competentes?</b>
--------------------------------	--	--------------------------------------	---------------------------------------	-----------------------------------	----------------------------

Durante a atividade fez-se uso da abordagem participativa, a qual é utilizada em diferentes projetos desenvolvidos pelo Instituto Peabiru, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001).

Cada demanda/problema identificado foi anotado em folhas de papel 40kg e distribuídos entre os assentados, os quais foram divididos em grupos de 3 a 5 pessoas para discutir as questões específicas. O resultado da dinâmica foi socializado com os demais participantes da oficina e abriu-se espaço para debater as proposições do grupo. Além disso, durante a atividade, alguns acordos e encaminhamentos já foram feitos, a fim de solucionar as demandas de curto prazo.

Para sistematização as informações, neste documento, utilizaremos o seguinte formato:

Demandas	Justificativa	ENCAMINHAMENTOS		
		Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O resultado das dinâmicas de grupo realizadas com os assentados é apresentado a seguir em tópicos, de acordo com o proposto na chama pública para construção do Plano Participativo.

#### 3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

##### Segurança

As questões relacionadas à segurança pública foram citadas durante toda a reunião, ficou muito claro que a população está vivendo sobre constante ameaça por parte dos nominados “piratas<sup>1</sup>”. De acordo com depoimentos, durante a reunião, o constante insegurança no PAE atinge a produção, pois há muitos casos de assalto a embarcações pesqueiras, em um dos casos sete piratas abordaram duas embarcações, prenderam toda a tripulação na geleira, onde se guarda os peixes, e ainda atiraram em um dos pescadores, afetando a integridade física e psicológica dos pescadores tradicionais:

“quando tu tens matapi muito novo, os ‘sócios<sup>2</sup>’ vem, despescam os velhos e levam os novos”. Assentado PAE Urubuqura.

<sup>1</sup> Assaltantes que atuam nos rios do PAE Urubuqura, principalmente no polo Anuerá.

<sup>2</sup> Referindo-se aos piratas.

“eu entendo porque a juventude não quer mais pescar, porque não dá pra ir pra baía, porque o revolver está na tua cara. A violência, os piratas, tá demais. Agente tem medo de viajar, o jeito é pegar (peixe) no rio. Eu não posso mais pescar, vender açaí. Tenho que pescar no rio. Agente aqui tem até medo de denunciar, agente vive nessa penura, dorme assustado! Já foram famílias e famílias embora, por causa disso”.

O pescador, que deu o depoimento acima, sofreu um assalto na baía do Marajó, e, quando tentou registrar um boletim de ocorrência, na delegacia de Icoaraci, o delegado o informou que ele precisaria levar outras testemunhas para assim registrar o caso, o que é ilegal, já que para registrar um Boletim de Ocorrência não é necessária a presença de testemunhas.

Esse problema é recorrente nas delegacias de Icoaraci e Cachoeira do Arari, o deslocamento do morador até a sede do município, para denunciar, registrar a ocorrência, já é difícil, pois o transporte custa, em média, R\$100,00, ida e volta. Além dessa justificativa (necessidade de testemunhas), outras também são usadas pelos policiais/delegados, como: não ha tinta para imprimir o BO, o escrivão não se encontra na delegacia, etc.. Ainda, quando o assentado consegue registrar a ocorrência este se esbarra em um novo problema: os policiais não são equipados para fazer rondas/investigação, etc. nas áreas ribeirinhas, pois não tem barco ou lancha para deslocar-se ou não tem um contingente policial suficiente para dar conta da população do município.

“Meu cunhado, trabalha com o povo do prefeito, e uma vez disseram que aqui estava tendo muito assalto ai o escrivão disse que não, pois não tinha nenhuma ocorrência registrada da comunidade sobre os assaltos que ocorrem na comunidade”. R.M. Assentada PAE Urubuqura.

“Em Cachoeira um parente meu ligou pra polícia para dizer que estavam roubando os porcos de raças dele e o delegado disse que não tinha como mandar ninguém, pois o único motorista que tem estava doente. Imagine, se lá no município a polícia não consegue atuar, aqui no interior fica impossível”. F. Assentada PAE Urubuqura.

“A polícia faz a intimação (ao acusado) e entrega pra a gente (acusador/vítima) entregar o ofício para a pessoa. Aqui se maiorias tomassem a frente, mas o medo tomou conta da comunidade. Ainda acho que até a PM deve estar no meio da bandidagem”. R.M. Assentada PAE Urubuqura .

As atividades de comercialização também são atingidas, já que há relatos de assalto durante o transporte dos produtos do assentamento para os pontos de comercialização, principalmente Belém e Icoaraci.

Também apareceram relatos sobre a invasão de casas e, nesses assaltos, é comum que os piratas levem tudo que encontram (geladeira, fogão, eletrodomésticos, apetrechos de pescas, etc.), além disso, o que é mais preocupante, é que o roubo se estende a violência sexual contra mulheres e adolescentes.

Ficou muito claro na reunião, de acordo com os relatos da população do PAE Urubuqura, que não havia espaço para discutir os temas pensados, sem antes tratar da segurança pública. A equipe de ATER já encaminhou o problema ao INCRA, em 09 de fevereiro de 2015, no entanto, ainda não houve uma resposta ou ação por parte do órgão.

A AMAPA chamou uma reunião na comunidade pra tratar o assunto, que afeta a todos, desta reunião encaminhou ofício a Secretaria de Segurança do Estado, a ATA desta reunião e o ofício, encaminhados estão em anexo deste documento.

Para a presidente da AMAPA o melhor seria o policiamento no local. Depois deste encaminhamento, a delegacia do município de Soure ligou para a presidente da associação, segue relato:

“Eles ligaram lá pra casa e diziam que era bom eu sair, pela minha segurança e da minha família e disse se eles queriam que eu saísse de cena e ele disseram que não, que iam atender nosso pedido e eu perguntei quanto tempo ia levar para analisar o processo e me responderam que até o início dessa semana. O delegado disse que fizemos o certo em fazer esse documento”. L. Presidente da AMAPA.

O barqueiro contratado, morador das ilhas de Abaetetuba, compartilhou a experiência daquele lugar sobre este tema:

“Primeiro houve um desarmamento, o delegado veio na comunidade do Capim e todos os moradores devolveram suas armas, ai começou a piratagem. Uma noite um cidadão escutou os cachorros latindo e foi ver o que estava acontecendo, os ladrões estavam escondidos debaixo da ponte, pegaram ele e levaram pra casa onde roubaram tudo. Fizemos uma reunião e agora a lancha da polícia vem passa dois dias na área por semana; Mas houve uma ação da polícia, que identificou quais moradores estavam dispostos a fazer a ronda nos rios a noite. São 30 moradores, que foram treinados pela polícia do município, recebera camisa e colete a prova de bala, e assim, quando chega umas 18 horas agente sai pra fazer vigília, e são alternados os grupos que ficam cada noite. Hoje é muito difícil acontecer assalto lá”. G. Morador do Rio Capim na região de Ilhas de Abaetetuba – PA.

Os assentados entendem que seria importante um posto policial no assentamento, mas também questionam o fato de que, só o posto não fará diferença se não houver atuação efetiva da

polícia. Outra possibilidade é esse tipo de atuação comunitária orientada pela polícia local, como no caso de Abaetetuba.

Os moradores relataram que acontece o apoio entre vizinhos, todos estão muito atentos e se armando, e no intuito de fazer justiça com as próprias mãos de forma desordenada, o que entendemos ser extremamente negativo.

Os moradores pediram apoio da equipe do Instituto Peabiru para resolver ou minimizar a atuação dos *piratas* no assentamento.

Para encaminhar esta questão o Instituto Peabiru entregou ofício ao deputado estadual Lélío Costa e ao deputado federal Edimilson Rodrigues, solicitamos também uma reunião com o Sr Lélío para que a situação seja exposta na assembleia legislativa. Esta reunião será realizada no mês de maio. Outro encaminhamento é fomentar a participação da população e também da equipe do Peabiru no conselho de segurança do estado. Além disso, fazer uma denuncia ao ministério público do estado.

## **Educação**

Sobre educação, iniciamos o debate questionando como está o acesso das crianças, jovens e adultos a educação. Assim, foi identificado que localmente é ofertado o ensino fundamental, e também o EJA. Para ensino médio os jovens têm que sair do assentamento, se pretendem continuar os estudos. Uma critica feita, pela maioria dos participantes, é que, mesmo tendo oferta de ensino médio localmente, EJA, apenas os maiores de 18 anos podem acessar, o que a população não entende como positivo, já que tem uma demanda considerável de jovens que terminam o ensino fundamental, e saem do assentamento ou ficam impossibilitados de continuar seus estudos.

Dando prosseguimento ao assunto, a mediadora da reunião apresentou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), explicando que era necessário identificar a demanda e assim, solicitar os cursos para o local.

A presidente da associação, Lauriza, informou que a maioria da população, quer dá continuidade aos estudos, opta por pedagogia, pelo fato de ter maior disponibilidade de empregos localmente. No entanto, entende que além de pedagogia, os cursos técnicos em agropecuária e computação são de interesse do público local.

Uma das participantes falou sobre a falta de acesso a educação da população local.

“Aqui os jovens quando terminam, vão embora porque não tem opção, às vezes a família vai embora também, junto. Minha Irmã tem um filho de 16 anos que faz o

ensino médio na cidade e ela manda buscar ele para vim nos finais de semana, gasta 6 reais de passagem de van para ele ir e 6 para voltar, gasolina que gastada na rabetá, e fora o aluguel que ela paga de 300,00 para manter ele na escola. Aqui muitos têm açai e criação de peixe, então seria muito melhor se fosse oferecido a escola aqui, muitas famílias não tem condições de mandar os filhos para cidade”. Assentada PAE Urubuqura.

A mediadora continuou informando como será o processo de solicitação dos cursos ao PRONERA, demandou que a associação faça uma lista do público que tem interesse, no caso demandante do curso. Além disso, informou quais são os cursos que serão abertos no período, o curso de geografia licenciatura e bacharelado no IFPA de Castanhal, que a equipe do Peabiru estava esperando edital para fazer divulgação.

A presidente da AMAPA informou que a orientação do INCRA foi a que a associação deveria procurar um professor da UFPA do *campus* Marajó e apresentar a demanda, para que o professor construísse um projeto.

No final Lauriza ratificou que este tipo de informação que é de responsabilidade da associação e os órgãos parceiros de entender e trazer para comunidade, para que as pessoas possam acessar seus direitos e os programas do governo federal.

### **Sobre as organizações que atuam no local**

Os assentados identificaram três organizações que atuam localmente, são: Colônias Z-40 e Z-26, além da Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores de Anuerá - AMAPA.

Iniciamos a discussão com a pergunta “o que é organização social?”, na perspectiva de construir o conhecimento de forma coletiva. Portanto, após um debate sobre o assunto, de acordo com os participantes, organização social é: a) organizar para trazer melhorias à comunidade; b) juntar as pessoas para discutir e acessar os seus direitos e fazer política em todos os espaços.

Outro questionamento feito foi “O que é a AMAPA”? Nesse momento, os participantes informaram que todos são associados e que a AMAPA é a associação que os representa, mas que muitos moradores não entendem como uma associação funciona, é que o principal motivo para se associar é ter acesso às políticas públicas federais.

De acordo com depoimento da presidenta da associação, Lauriza Lopes, a atual diretoria assumiu a associação no final de 2013, e fizeram um cadastramento, passando por todas as comunidades do PAE Urubuqura, aumentando em 77 o número de associados, atualmente são 280. Informou que os associados estão todos adimplentes com a associação. Além disso, de acordo com a presidenta, a antiga diretoria não fazia prestação de contas, a atual faz mensalmente e está

conseguindo se apresentar e entender o funcionamento dos órgãos públicos, deixando a organização mais visível, dentro e fora do PAE. O atual desafio e a construção de uma sede para a associação.

Lauriza ainda informou que, realmente, os associados pensavam que quem liberava os recursos e investimentos, vindos com a reforma agrária, era a associação.

Portanto, os beneficiários do PAE Urubuquara estão começando a entender que a associação representa às famílias daquele local e que juntos, podem buscar alternativas para seus problemas, não necessariamente a ajuda deve vir de fora, mas, quando necessários, os próprios moradores podem solicitar apoio externo, e para isso é necessários se organizar.

No entanto, ainda há maior participação da população quando as reuniões tratam de seguro, bolsas e benefícios financeiros individuais.

Assim que foi finalizado a construção coletiva do conceito – organização social – iniciamos o processo de criar estratégias para resolver os problemas relacionados às organizações sociais locais.

As pessoas pensavam que a associação liberava recurso financeiro/fomento, de acordo com os participantes da reunião, este é uma crença que atualmente, com a presença do Peabiru e com maior número de reuniões, vem sendo mudada. Também relataram que, inicialmente, quando os técnicos do Peabiru visitaram as casas para aplicação do diagnóstico, alguns moradores ficaram preocupados, pensando que poderiam perder os benefícios (bolsa família, bolsa verde), achavam que era uma avaliação para selecionar quem tinham características para receber o benefício.

Outra questão apontada é que há uma pouca participação das associadas e associados nas reuniões, este problema se reflete com os moradores não sabendo o que está acontecendo no assentamento, quais são seus direitos e deveres. Além disso, Lauriza diz que:

“O ruim das pessoas não virem pra reunião é que quando o INCRA for na casa de algum morador perguntar eles falarem que não teve. Quando teve o cadastro as pessoa nem sabia para o que era. O último cadastro foi em 2009 e só agora que teve outro em 2014”. L. Assentada PAE Urubuquara.

Além disso, os associados identificam como problema a falta de uma sede própria da AMAPA, fazendo as assembleias nos espaços das igrejas evangélicas.

Colônia Z-40 e Colônia Z-26

Quando iniciado a discussão sobre a colônia de pescadores, os assentados informaram que o seguro, dificilmente, sai no período certo. Este fato inviabiliza o objetivo inicial do seguro, garantir que os pescadores não pesquem as espécies que estão na estação de reprodução.

“Não sai no período, o período que era para receber era de janeiro a maio. Agora vai receber dia 31 de março referente a janeiro e fevereiro em abril referente ao de março”. A. Assentado PAE Urubuqura.

E, identificam que o principal problema relacionado às colônias, são as taxas de pagamento, que a maioria dos assentados não sabem o que estão pagando. São R\$ 6,00 de mensalidade, R\$ 29,00 à 36,00 de previdência, R\$ 40,00 da carta sindical, R\$ 10,00 para declaração da colônia e para a lotérica pagamos 2% sobre o valor do seguro.

“Quando paga a previdência é 36,00 reais, porque é cobrada uma taxa máxima aceita, mas o normal é 29,00 menos que isso não é. Algumas pessoas pagaram mais de 36,00 até 50,00 e não sei o porquê”. R. Assentado Urubuqura.

Uma das participantes questionou o que era imposto sindical, já que não são todos que pagam essa taxa. Além disso, ela mesmo afirmou que o presidente da colônia havia informado que não era para pagar e depois, mudou de ideia, e disse que era para pagar.

“E quem gastou o dinheiro teve que se virar nos 30 para pagar. E, quando foi apresentar, ele só amassou o papel e jogou no lixo”. J. Assentada Urubuqura.

“O imposto sindical é cobrado, pois o pescador é a categoria que menos contribui, e só recebe e por isso criaram o imposto para poder ter o seguro eles criaram para a esposa que tem filho poder receber o auxílio maternidade”. L, Participante da diretoria da colônia de pescadores. Assentado PAE Urubuqura.

Nesse momento a mediadora da reunião entrevistou, informando que, para o caso de auxílio maternidade, não era necessários ser sindicalizado, marido ou esposa, pois é um direito das mães, e quem trabalha de maneira não formal, deve comprovar seu trabalho, o sindicato é uma das instituições que pode gerar uma declaração afirmando a mãe ser pescadora/agricultora/extrativista.

Então, nesse momento a mediadora questionou se os assentados participavam das reuniões da colônia.

Quanto à frequência das reuniões destas organizações, os assentados discordaram:

“Na Z-26 é muito difícil ter reunião só tem quando é para pedir alguma coisa. Quando tem reunião eu vou, pois isso é pra gente e não para eles”. R. Assentado PAE Urubuqura.

Rua Ó de Almeida 1083  
66053-190 Reduto Belém Pará  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)



“Tem reuniões trimestrais, mas a comunidade não aparece”. L. Assentado PAE Urubuqura.

O bolsa verde ajuda os moradores a pagar a limpeza da área. Muita gente não recebe o bolsa verde, algumas pessoas fizeram o cadastro na mesma época mais umas começaram receber e outras não. Seu Domingos não recebe bolsa verde.

**Tabela 1:** Plano da Organização Social.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
		QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
<b>Segurança Pública</b>	A população está vivendo sobre forte ameaça dos denominados piratas.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ofício para Secretaria de Segurança do Estado, Ministério Público do Estado, Polícia Federal, Deputados estaduais e federais;</li> <li>2. Reunião com representantes públicos estaduais e federais;</li> <li>3. Cadeira no Conselho de segurança pública do Estado;</li> </ol>	AMAPA Instituto Peabiru	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. AMAPA em parceria com Instituto Peabiru deve elaborar e encaminhar os ofícios;</li> <li>2. AMAPA em parceria com Instituto Peabiru deve Articular reunião com os representantes públicos e atores de interesse;</li> <li>3. Solicitar participação no conselho de segurança do estado.</li> </ol>
<b>Educação</b>	Localmente é oferecido apenas ensino fundamental e EJA. Os jovens, ao fim do ensino fundamental, se pretendem continuar seus estudos, são obrigados a deslocar-se à sede dos municípios, o que representa um custo insustentável às famílias extrativistas.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar a demanda por curso médio técnico encaminhar ao INCRA Pronera.</li> </ol>	AMAPA Instituto Peabiru INCRA Pronera	A AMAPA deve identificar o público de interesse para educação formal via PRONERA. Encaminhar ao Instituto Peabiru e este deve organizar as informações e encaminhar ao INCRA.
<b>A AMAPA</b> Não tem Sede própria	A falta de uma sede dificulta as reuniões serem realizadas, e o trabalho da AMAPA se desenvolvido.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A diretoria informou que tem recurso financeiro em caixa e espera a doação/identificação de um terreno propício para construção.</li> </ol>	Diretoria da AMAPA e associados.	Identificar área para construção da sede; Dar início a construção.

<p>Pouco entendimento dos associados sobre atuação da AMAPA</p>	<p>Os associados não sabem qual o papel da associação e qual o papel individual de cada associado.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fortalecer a capacitação da diretoria da organização e dos associados nas reuniões,</li> <li>2. Identificar espaços propícios para atuação dos associados,</li> <li>3. Diretoria da associação deve convocar mais reuniões para tratar das questões de interesse da população – conforme exemplo sobre o tema segurança pública.</li> <li>4. Oficinas de Fortalecimento Organizacional ATER.</li> </ol>	<p>Diretoria da AMAPA e associados. Instituto Peabiru.</p>	<p>Reuniões para tratar e encaminhar assuntos de interesse da população. Oficinas de fortalecimento organizacional com a diretoria e com os associados da AMAPA para tratar o tema.</p>
<p>SENAR e SENAI</p>	<p>As organizações já ofereceram cursos de capacitação no local. Os beneficiários ainda tem interesse por esses cursos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A AMAPA deve continuar a demandar destas instituições, de acordo com interesse local.</li> </ol>	<p>AMAPA Peabiru</p>	<p>AMAPA demandar, via ofício, temas dos cursos de interesse local. Se precisar de apoio, solita da equipe do Peabiru.</p>
<p>Novas famílias moradoras locais tem interesse em estar na lista de beneficiários da reforma agrária</p>	<p>Muitas famílias, tradicionalmente, moradoras do território e que não estão na lista de RB solicitam inserção como beneficiário da reforma agrária. O Último recadastramento feito pela INCRA foi em setembro de 2014, de acordo com as lideranças locais.</p>	<p>AMAPA deve solicitar do INCRA novo cadastro de famílias beneficiárias.</p>	<p>AMAPA INCRA</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. AMAPA deve solicitar, formalmente, ao INCRA;</li> <li>2. INCRA avaliar a possibilidade de novo recadastramento e agendar período.</li> </ol>

Bolsa Verde	Foi identificada lista de beneficiários que fizeram o registro do Bolsa Verde, mas ainda não receberam o benefício, sendo que outros, que fizeram no mesmo registro, já estão recebendo. Foi identificada lista de beneficiários que não recebem bolsa verde, mesmo dentro das características do público beneficiário.	1. Peabiru deve encaminhar a lista ao INCRA para fazer avaliação.	AMAPA PEABIRU INCRA	1. Peabiru encaminha ao INCRA, solicita informação e avaliação; 2. Peabiru reporta aos beneficiários os encaminhamentos necessários.
Fomento Mulher	Os beneficiários questionam a demora nas informações sobre acesso ao fomento mulher.	1. AMAPA e Peabiru devem solicitar ao INCRA nova orientação para implementação do Fomento Mulher.	AMAPA PEABIRU INCRA	1. AMAPA e Peabiru solicitam informações ao INCRA; 2. AMAPA e Peabiru facilitam o acesso dos beneficiários ao fomento.
SPU	Muitas famílias não tem o TAUS <sup>3</sup> , pois quando na visita do SPU, muitas informações, registradas em pendrive, foram perdidas, por conta deste aparelho ter sido molhado <sup>4</sup> .	1. AMAPA e Peabiru devem solicitar, via ofício, ao SPU para fazer nova documentação das famílias moradoras locais.	AMAPA PEABIRU SPU	1. AMAPA e Peabiru devem elaborar ofício de solicitação ao SPU; 2. SPU avaliar e encaminhar este processo; 3. Visita do SPU às famílias, registro destas; 4. Laboração e entrega do TAUS às famílias.

<sup>3</sup> Termo de Autorização de Uso Sustentável, documento registrado pelo SPU.

<sup>4</sup> Esta foi a justificativa dada pela AMAPA, até a elaboração deste documento a informação não havia sido ratificada no SPU.

PRONAF	Algumas famílias acessam o financiamento, mas a grande maioria ainda não teve a oportunidade. Estas famílias são o público desta política, portanto, cada a assistência técnica mediar este acesso.	1. Equipe do Instituto Peabiru deve orientar estas famílias para acessar o PRONAF.	AMAPA PEABIRU INCRA BASA	1. Peabiru orienta as famílias, encaminha o processo no BASA e dá assistência técnica necessária ao agricultor/extrativista sobre produção e o gerenciamento do financiamento.
--------	---	--	-----------------------------------	--

### 3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Para desenvolver o projeto produtivo, foi apresentado o calendário agrícola construído com informações obtidas no DRP (figura 1). Entretanto, foram discutidas ações para as atividades consideradas como principais tanto para renda quanto à garantia da segurança alimentar, as quais são, respectivamente, açaí, peixe e camarão.

**Figura 1:** Calendário agrícola com correções.

	Açaí	Palmito	Camarão	Peixe
<b>JAN</b>	Entressafra			Defeso
<b>FEV</b>	Entressafra	Retirada		Defeso
<b>MAR</b>	Entressafra	Retirada		Defeso
<b>ABR</b>	Entressafra	Retirada		Defeso
<b>MAI</b>	Entressafra	Retirada	Safra ++	Pesca
<b>JUN</b>	Safra		Safra	Pesca
<b>JUL</b>	Safra		Safra	Pesca
<b>AGO</b>	Safra		Safra	Pesca
<b>SET</b>	Safra			Pesca
<b>OUT</b>	Safra			Pesca
<b>NOV</b>	Safra			Pesca
<b>DEZ</b>	Safra		Safra +++	Pesca

Foram identificados os principais problemas destas atividades, no intuito de propor intervenções a partir das ações previstas no projeto ATER, assim como, ações e/ou mudanças de hábito dos próprios usuários dos recursos naturais, conforme podem ser observados no quadro a seguir (Tabela 2).

Este assentamento já recebeu a capacitação sobre Boas Práticas Produtivas – Manejo do Açaí, portanto, os participantes foram questionados sobre quem já havia feito manejo de acordo com a capacitação, uma das participantes informou que havia feito em toda sua área e está observando para comparar a produtividade em um ano. Outro assentado também informou que fez em parte da

área, com intuito de comparar a produção das áreas manejadas e não manejada. Ainda sobre a capacitação:

“Eu aprendi a tirar o palmito e ver quais as árvores que estão prestando”. F. Assentada PAE Urubuqura.

Outras questões relacionadas ao açaí descritas pelos participantes da reunião é que, quanto a produção de palmito, é muito pequena, só durante a limpeza/manejo das áreas produtiva, com a tirada das plantas mais altas. Ratificaram a informação que o principal problema relacionado a produção do açaí é a seca do fruto

“Acho que a seca do açaí acontece mais quando chove e o sol aparece em seguida isso é mais rápido do que estivesse só no período chuvoso”. M. Assentado PAE Urubuqura.

Em relação ao camarão e ao peixe, as famílias entendem que alguns dos problemas identificados, podem ser mitigados com a troca dos apetrechos de pesca (malha da rede e tipo de matapí), e com o comprimento da legislação (no caso do peixe). Não obstante, também há necessidade que acordos para utilização dos apetrechos, de pesca e captura de camarão, corretos pelas famílias que residem ao longo dos rios, assentadas ou não, já que, para a real mitigação dos problemas de diminuição do recurso pesqueiro, todos os usuários deste recurso devem ser envolvidos.

Além disso, um problema recorrente é a entrada de pescadores de outros territórios, como do município de Abaetetuba.

“O pessoal de Abaetetuba vem pescar aqui eles jogam a rede de malhar 30 e 35 e pegam de 300 a 400 kg, agora se eu jogar uma de rede de malhar de 50 não pego quase nada”. L. Assentado PAE Urubuqira.

Os presentes demonstraram interesse em fazer um acordo de pesca envolvendo os diversos órgãos competentes e as população usuárias dos recursos.

Foi destacado também que o benefício do seguro defeso, há muitos anos chega às famílias com atraso, muitas vezes só é disponibilizado quando a pesca abre novamente, fazendo com que as famílias realizem a pesca no período de reprodução das espécies, conforme já descrito anteriormente.

Ainda sobre piscicultura, foi relatado que o SENAR ofereceu um curso sobre o tema e apoiou a estruturação de dois tanques escavados, atualmente desativados pois os moradores ainda não compraram os alevinos para cria e também ainda necessitam de acompanhamento técnico. Assim, ficou acordado de a equipe do Peabiru entrar em contato com a SEPAQ, a fim de avaliar a possibilidade de doação dos peixes.

Entendemos que o tanque já escavado, pode ser reutilizado como unidade demonstrativa para assistência técnica deste assentamento.

Além destes produtos já utilizados pela população, foi identificado grande potencial de produção frutífera e plantas oleaginosas.

As principais frutíferas são bacuri, cupuaçu, banana, manga, jambo, coco, goiaba, graviola e miriti.

“Eu acho que a nossa região tem tudo completo, mas quando está na safra dá para vender na cidade, mas quando está no final o povo não compra. O cupuaçu não dá muito e dá uma seca no fruto que quando está perto de amadurecer ele espoca”.  
R. Assentada PAE Urubuquara.

Das oleaginosas foi identificado potencial produtivo de andiroba, geralmente, quando se vende, é o óleo da andiroba, mas para a semente ainda não foi identificado comprador.

**Tabela 2:** Projeto de desenvolvimento das atividades produtivas.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
		QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
<b>Açaí - Seca do fruto.</b>	Em algumas plantas o fruto seca antes de amadurecer, este fenômeno é identificado, principalmente, em áreas com pouca biodiversidade.	Identificar a origem do problema e prestar orientação adequada <sup>5</sup> .	Instituto Peabiru	Nas visitas técnicas às famílias a equipe do Instituto Peabiru deve orientar os agroextrativistas.
<b>Peixe</b>	<p>Uso de apetrechos de pesca inadequados.</p> <p>Atuação de pescadores de outros territórios com práticas exploratórias de degradação do recurso.</p> <p>Diminuição da quantidade e no tamanho dos peixes e camarão.</p>	Acordos de pesca. Envolver todos os órgãos responsáveis para inibir a atuação predatória.	<p>AMAPA</p> <p>Pastoral da Pesca</p> <p>COLÔNIA DE PESCADORES</p> <p>INSTITUTO PEABIRU</p> <p>INCRA</p> <p>SEMAS</p> <p>SEPAC</p>	Deve-se construir um projeto de captação de recurso para tratar o tema, e assim chamar a comunidade e os órgãos para discutir. Conforme exemplo do Projeto Viva Pesca <sup>6</sup> .

<sup>5</sup> Até a finalização deste relatório a equipe de ATER identificou três notas técnicas da Embrapa, nenhuma delas com solução ou mitigação do problema, apenas com a identificação do fungo - bibliografia

<sup>6</sup> <http://peabiru.org.br/tag/marajo-viva-pesca/>

	Atuação dos piratas, quando a pesca feita na baía do Marajó.	Encaminhar conforme orientação no quadro 1.		
<b>Camarão</b>	A quantidade e tamanho do recurso estão diminuindo consideravelmente.	1. Acordo de pesca. 2. Uso do matapi ecológico.	1. Descrito acima 2. AMAPA e Instituto Peabiru.	1. Descrito acima; 2. Orientação das Oficinas de Boas Práticas – Piscicultura. AMAPA deve criar estratégias para efetivação do uso, e assim o repovoamento dos rios.
<b>Produção de lixo</b>	A quantidade de lixo nos rios, igarapés e áreas de extrativismo afeta a boa reprodução dos recursos naturais usados.	Programa de educação ambiental	AMAPA Instituto Peabiru	A AMAPA deve orientar os moradores para o destino “adequado” do lixo. Como não há coleta no local o lixo deve ser queimado ou enterrado, dependendo de sua origem. Baterias e pilhas deve ser devolvidas a coletores adequados.

### 3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

O produto agroflorestal que é comercializado por todos, participantes da reunião e pela maioria dos assentados, é o açaí. Para garantir a extração do fruto é a boa venda, durante a safra, os assentados têm varias estratégias: a) guardam dinheiro da safra anterior para garantir a limpeza durante a safra do ano seguinte; b) No início da safra limpam uma pequena parte da área de produção, e, conforme a entrada de dinheiro das vendas dos frutos, vai destinando parte para investir na limpeza da área; c) intensificação do trabalho familiar durante a safra. Todas as estratégias seguem apresentando que as famílias deste local têm autonomia em sua produção e que o atravessador é um ator importante, mas que a famílias não fica sobre subordinação em relação a ele.

“Quando chega na safra do açaí eu guardo um dinheiro para limpar a área”. F. Assentada PAE Urubuqura

“Logo no começo do mês de agosto eu começo a fazer a limpeza da área e pago um ajudante”. M. Assentado PAE Urubuqura

De acordo com os participantes da reunião, durante a safra o menor preço pago pela raza é R\$ 17,00 e na entressafra é R\$ 70.

Os participantes entendem que o preço do açaí foi bastante valorizado no ano de 2014, informaram também que os marreteiro de fora, que não moram na comunidade, vem apenas para comprar o produto, paga melhor. E houve desavenças com os marreteiros locais e os de fora por conta deles pagarem melhor. Nesse momento, algumas pessoas questionaram os marreteiros locais, já que estes entendem o trabalho pra apanhar o açaí. Informaram que os de fora pagam de 38,00 à 50,00 a rasa, enquanto os de dentro pagam de 16,00 à 45,00.

Um dos participantes da reunião, que desenvolve atividades de marreteiro, defendeu informando que estes de fora só vem comprar quando não tem o produto em outros lugares. Além disso, esclareceu que *“tem pessoas que vendem açaí maduro verde e seco misturado e quer que o marreteiro pague bem”*. Explicou ainda que quando vende para a fábrica o marreteiro leva fruto com qualidade menos, mas quando é para a feira ele não leva. Na feira eles chegam a pagar até R\$ 100,00 pela rasa, no final da safra. Na safra inicia pagando R\$ 35,00 e no meio da safra é R\$ 60,00. Na fábrica vendem de 30,00 à 32,00 do inicio e meio de safra, na final até chega a valer R\$ 70,00. O marreteiro tem despesas com o transporte e também pagando ajudantes.

Rua Ó de Almeida 1083  
66053-190 Reduto Belém Pará  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)



“Bem recente tinha um rapaz que pagava bem, veio uma, duas e na terceira pegou fiado e deu um calote em muita gente da comunidade”. L. Assentado PAE Urubuqura.

**Tabela 3. Plano de Comercialização**

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
		QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Atuação de piratas	O traslado dos produtos, do PAE até a o local de venda, há a interlocução de piratas, que, leva a carga e intimida os comerciantes.	Conforme quadro 1		
Instabilidade financeira, pouco recurso pra investir na produção.	Atinge a comercialização do açaí e a pesca. A maioria dos produtores vende ao atravessador, principalmente no início da safra quando está sem margem financeira para negociar.	Liberação dos financiamentos: Fomento Mulher e Pronaf.	INCRA Instituto Peabiru AMAPA	O INCRA deve orientar a equipe de ATER e esta construir os projetos individuais para liberação dos financiamentos, com apoio da AMAPA.
Açaí – valores pagos por atravessadores.	De acordo com os produtores, os atravessadores moradores locais pagam menores preços que os “de fora”, causando algumas intrigas na venda.	Acordo de preço, conforme experiência do rio Canaticu <sup>7</sup> .	AMAPA Instituto Peabiru	AMAPA deve iniciar as discussões sobre acordos de preço, o Peabiru pode apoiar esta ação.
Frutíferas	Há produção, mas o produto não é comercializado. Os extrativistas entendem que há potencial para geração de renda local.	Envolver SENAI e SENAR na capacitação sobre beneficiamento dos frutos nativos.	AMAPA Instituto Peabiru SENAI SENAR	Instituto Peabiru deve fazer a mediação entre SENAI e SENAR e os assentados.
Oleaginosas		Identificar compradores possíveis e o potencial de produção do assentamento.	AMAPA Instituto Peabiru Empresas compradoras	Instituto Peabiru deve fazer a mediação entre empresas e os assentados. Deve também, junto com AMAPA, apoiar a

<sup>7</sup> O rio Canaticu fica no município de Currallinho / Marajó, os extrativistas fizeram um acordo onde identificaram preço padrão para a rasa do açaí, logo são os produtores que determinam o preço e não os compradores. Esta ação foi realizada graças a forte atuação da organização local.

Rua Ó de Almeida 1083  
66053-190 Reduto Belém Pará  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)



			estruturação da comercialização.
--	--	--	----------------------------------

#### **4. AVALIAÇÃO DA OFICINA**

Em relação à avaliação da atividade, a maior parte dos participantes da atividade, consideraram como boa, entende a importância de discutir e encaminhar os problemas existentes nas comunidades.

Não obstante, as famílias anseiam por atividades mais práticas, assim como saber a possibilidade de acesso a crédito. As famílias também cobram o acesso ao Fomento Mulher, visto que sabem da existência do mesmo e desejam obtê-lo.

#### **5. CONCLUSÃO**

Foi complicado conduzir a reunião de elaboração do Plano de Desenvolvimento deste assentamento, pois as questões relacionadas a segurança pública são de necessidade urgente, sendo assim, todos os assuntos que foram tratados ou que tentou-se tratar, apresentavam-se como de menor importância. Além disso, em muitos aspectos a demanda real dos assentados está relacionada a acesso aos seus direitos básicos como educação formal, saneamento, saúde, transporte, segurança pública, etc.

A cerca dos três aspectos do planejamento – organização social, atividades produtivas e comercialização – ficou claro que a organização social tem avançado, principalmente, com a gestão da nova diretoria, que apresenta uma mulher como líder e vêm construindo um processo de atuação mais eficaz desta organização, no entanto, precisa de orientação e descentralização das ações. É muito comum em áreas rurais a associação está personificada em um líder ou uma líder, isto é prejudicial ao bom andamento das ações, sobrecarregando o indivíduo e minimizando a fiscalização de sua atuação.

Este tema será amplamente tratado nas Oficinas de Fortalecimento Organizacional, previstas para junho deste ano no PAE Urubuqura.

Outro tema que recai sobre a associação está relacionado aos direitos básicos, conforme mencionado anteriormente.

Além da AMAPA a atuação das colônias de pesca Z-26 e Z-40 se fazem presentes localmente, no entanto, as duas colônias, de acordo com relatos durante a reunião, não têm uma atuação representativa dos pescadores artesanais. Portanto, este grupo social sente-se desassistido quanto a

sua representatividade política, julgando que o papel da colônia se estabelece unicamente em cobrar taxas e “facilitar” o acesso ao seguro defeso. Infelizmente, este quadro é real e presente na grande maioria do território rural paraense. Para mitigar esta atuação pretendemos fortalecer os assentados com informação a cerca de seus direitos e deveres, inclusive solicitando a presença de orientação mais qualificada quanto ao assunto.

Sobre as atividades produtivas, ficou claro que os assentados têm como principal produto o açaí, e logo o problema central está ligado a seca do fruto. A equipe de ATER, até o fim da construção deste documento, ainda não havia identificado orientação para mitigar o problema, a Embrapa Amazônia Oriental publicou três notas técnicas identificando o fungo causador desta doença, mas ainda sem resposta para solucioná-la. Observamos que quanto mais adensado e com pouca biodiversidade as áreas de produção, são mais afetadas.

Além do açaí o extrativismo de peixe é importante localmente, para este tema será feita a capacitação sobre pesca e piscicultura, além das orientações com as visitas técnicas.

Para as frutíferas o ideal é a busca de novas parcerias com outras organizações de beneficiamento e escoamento do fruto. Para as oleaginosas o questão é relacionada mais a comercialização, sendo assim, identificamos os mercados para estes produtos e fortaleceremos a comercialização trazendo produtores e consumidores para dialogar na Oficina de Mercados Diferenciados, com previsão para acontecer entre julho e agosto deste ano.

Sobre a comercialização, o preço do açaí é uma questão que incomoda os produtores, sendo assim, entendemos que a mitigação deste problema encontra-se no fortalecimento dos indivíduos e nos acordos de preços. Conforme experiência das comunidades do Rio Canaticu<sup>8</sup>.

Ademais, podemos avaliar que para realidade do PAE, o excesso de dias de reunião gera desconforto, assim como em todos os PAEs desse contrato.

## 6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Valdelira Lia Araújo FERNANDES, V. L. A; VICENTINI, R. N.; BATISTA, V. da S. **Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru Amazonas.** Acta Amazônica. vol. 39(2) 2009: 405 – 414.

---

<sup>8</sup> Os moradores do Rio Canaticu/ Currallinho- Marajó, mais de 1200 famílias, entraram em acordo sobre o preço da rasa do açaí e criaram um sistema de comercialização onde o vendedor determina o preço não importando o comprador/atravessador.

Rua Ó de Almeida 1083  
66053-190 Reduto Belém Pará  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)



GOMES, J. C. C. **As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas.** In: Markus Brose. (Org.). Metodologia Participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2001, v. 1, p. 287-294.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.

Rua Ó de Almeida 1083  
66053-190 Reduto Belém Pará  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)



## ANEXOS

João Moreira

39. Valdemir T. Moreira

40. Louiza Lopes dos Santos

43. Abel F. Lopes dos Santos

Ata de Assembleia geral da Associação de Agricultores e Pescadores de Anuna - AMAPA. Deu-se início às 15:30 do dia 14 de março

de dois mil e quinze (2015) no salão de eventos do templo sede da Assembleia de Deus Nova Fé, Anuna, a reunião dos membros com a seguinte pauta: Segurança pública. A reunião foi presidida pela Sr. Louiza Lopes dos Santos que iniciou a pauta com a seguinte mensagem: O que fazer para trazer segurança para nossas comunidades? Em seguida deu espaço para os pronunciamentos da comunidade, a Sr. Jéssica Martins relatou a falta de policiamento na sua comunidade, a noite. Após o trabalho a Benedita levou aquilo que ela já adquiriu para o supracitado caso, após o Sr. Ronaldo Duarte falou da importância da liderança da Segurança pública nas reuniões e a preocupação com o futuro de nossas crianças - jovens em meio a tanta violência e citou a importância da manutenção da comunidade em busca de segurança. Em seguida a Sr. Renê Renato relatou os momentos de terror vivido das 23:00 noite às 5:00 manhã nas mãos dos assaltantes que queriam literalmente e roubavam da tranquilidade por saber que ali não haveria intervenção a polícia falou também das armas de fogo utilizadas pelo mesmo para ameaçar. O Sr. José Lopes Santos (pastor) falou da importância de manter a comunidade, a facilidade de nos prendermos e entrarmos em nossas comunidades por serem estas de livre acesso e sem nenhum bloqueio policial e assim os meliantes realizam seus projetos e fazem seus vítimas causando terror dentro de muitas residências e embarcações. O Sr. Ronaldo B. de Melo falou exemplar de outras comunidades que agiram como pessoas buscaram socorro e alcançaram vitória. Após o depoimento a Sr. Louiza deu o início para encaminhar a pauta para a ata e as assinaturas das pessoas que participaram da Assembleia geral. Ainda no momento final o Sr. José Augusto enfatizou a elaboração das comunidades para ajudar a busca da melhoria das comunidades através da segurança pública e todos aplaudiram esta

e depois nada a tratar eu a presente secretaria Yagueline  
Maués da Silva lancei a ata que depois de lida e aprovada será assim:

01. Lauriza Lopez de Sauter.
02. Yagueline Maués da Silva.
03. Rositoni do Sacramento Amoral Nascimento
04. Rainunda dos Santos Ribeiro
05. Felicitas Moreira da Paixão
06. Paulo Augusto Ribeiro (vitima)
07. Reginaldo Leite de Melo
08. João Aldeias Velhos dos Santos
09. Pedro Ribeiro Teles
10. Maria Onilda Mendes Moreira
11. Flodoaldo Feio da Paixão (vitima)
12. Manoel do Ota dos Santos
13. Rainilda Anelou da Paixão
14. Maria Ribélia Ribeiro Maués
15. Roseni Mary da Paixão Ribeiro
16. Marcia Gleyce da Silva Duarte (vitima)
17. Francisco Guimarães Campos
18. Maria da Paz Beltrão da Silva (vitima)
19. Maria Miriam de Souza Martins (vitima)
20. Rosimundo Martins Soares
21. Simone Guimarães Campos
22. Rosane Teles Soares
23. Duvanildo Teles Soares
24. Marcia Gleizy da Silva Duarte
25. Teodora dos Santos da Maceira
26. Yessime Soares Fleite
26. Sammya Rio Ribeiro
28. Tiago Costa dos Santos
28. Marilene Moreira Figueiredo
30. Milia Martins Soares.
31. Rosilda de Jesus Neves
32. José Carlos dos Santos

- 33. Laedeliso P Moura
- 34. Angelina Tortana Mota Moura
- 35. Raimundo do S. M. de Jesus
- 36. Helena de Jesus dos Santos
- 37. Raimunda Lopes dos Santos
- 38. Dorcas Tels Rodrigues
- 39. Raimundo Renato Rodrigues (ultima)
- 40. Rene Renato Rodrigues (ultima)
- 41. Elieti no srino AZEVEDO
- 42. Maria Feio Barbara
- 43. Aldo da Encosta Lopes
- 44. Maria Yzabel da Silva Santos
- 45. Maria Guedina Ramos de Aldeias
- 46. Maria das Graças de Moraes Duarte
- 47. Ana Claudia Bilianni Duarte
- 48. Ana Claudia Duarte Ferreira
- 49. CLENILDA Mota dos Santos
- 50. Micheli Duarte Tels
- 51. Jaci Duarte Duarte Ferreira
- 52. Zuleide Bibian Duarte
- 53. Manoel da Conceição Trindade Moreira (ultima)
- 54. Dulcileia Santos
- 55. João do S. Santos Portal
- 56. Francisco Ferreira
- 57. Valmir Tels Moreira
- 58. Antonio Marcos Alves da Paixão
- 59. Edivane Serra dos Santos
- 60. Maria do Carmo da Silva dos Santos
- 61. Alécia Nery da Costa
- 62. Antônia M. Ribeiro d. Santos
- 63. Olimene Pinto Moura
- 64. Felix Maria dos Mercês (ultima)
- 65. Antonio Mercês dos Santos
- 66. Maria Sessia S. Mota

67. Antonio Mercês dos Santos
68. Raimundo Ribeiro dos Santos Filho
69. José Ronaldo dos Santos
70. Erica Moreira da Cunha
71. Ruth Moreira Nery
72. Suzana do Nascimento Costa
73. Sueliz de Moraes Nery
74. Raimundo Bertuldo dos Ramos
75. Marcio Ribeiro Moraes
76. Jéssica Maria Costa Nery
77. Gisele Costa Nery
78. Edson da Cruz Santos (vitima)
79. Francisco F. G. dos Santos
80. Elia Nazareno Nery (vitima)
81. Maria Obedi Lopes dos Santos
82. Lucilene Lopes dos Santos
83. Miriam Melina Nery
84. Regina de Jesus Nery Nery
85. Edilson dos Santos Nery
86. Luciana dos Santos Nery
87. Yoseff Nery Ramos Alvear (vitima)
88. Joseli Clara da Silva
89. Esandrea Miranda dos Santos
90. Daniel Miranda Santiago
91. Euzilangeira Miranda Santos
92. Rafael Nery dos Santos
93. Ivaneia Lopes dos Santos
94. Luciano dos Santos
95. Simone N.M. Santos
96. Edineiry da Luz Santos
97. Mameily Cristina A. Santos
98. Louizane Nascimento Miranda
99. Maria do Carmo da Luz Abcanta

- 100 - Eiton miranda Santos 134 -  
 101 - Gusnaldo da Luz Santos 135 -  
 102 - Francisco da Luz Santos 136 -  
 103 - Raimundo benedito dos Santos 137 -  
 104 - ANTONIO PORTALLEITE. 138 -  
 105 - Guandara da Luz Santos 139 -  
 106 - Ana Cristina Almeida Santos 140 -  
 107 - Glauce da Serra Costa 141 -  
 108 - Benedita dos Santos Costa 142 -  
 109 - Faiz Brito da S. Pereira 143 -  
 110 - Nilda Santos da Silva Correia 144 -  
 111 - Ronaldo dos Santos Correia 145 -  
 112 - Claudia Yanny Correia Martins 146 -  
 113 - Romulo dos Santos Correia 147 -  
 114 - Gleide Silva dos Santos Correia 148 -  
 115 - Dalvine Pereira Martins 149 -  
 116 - Nilza Amador Seabra 150 -  
 117 - Livia dos Santos Pinho 151 -  
 118 - Orlene da Silva dos Santos 152 -  
 119 - Flávia da Silva Santos 153 -  
 120 - Isabela Brito Mary da Santa 154 -  
 121 - Rodinil Avelar Santos 155 -  
 122 - Katalla Mary dos Santos 156 -  
 123 - Jose Williams Santos dos Santos 157 -  
 124 - Raimundo da Luz Santos 158 -  
 125 - Maria Ribeiro dos Santos 159 -  
 126 - Ana Paula Portal dos Santos 160 -  
 127 - Hebevan Avelar Santos 161 -  
 128 - Evaldo Ribeiro dos Santos 162 -  
 129 - Robson dos Santos Correia 163 -  
 130 - Adailson Neves dos Santos 164 -  
 131 - Benedito da L. Santos 165 -  
 132 - Elcione Lopes Moreira 166 -  
 133 - Revilson Santos dos Santos 167 -

- 134 Sandra M Lopes dos Santos
- 135 Joni Lopes de Avelas
- 136 Ivani Lopes dos Santos
- 137 Wanderlei Lopes dos Santos
- 138<sup>o</sup> Somell Ribeiro dos Santos
- 139 Edmilson Nascimento Miranda
- 140 Rose Meire Mauris Pantofa
- 141 Roxane Pantofa dos Santos
- 142 Antônio Gabriel Portal da Silva
- 143 Termino Pantofa dos Santos
- 144 Rosiere Mauris Pantofa
- 145 Carla Daniege Rocha Neto
- 146 Lucimola Ribeiro Mauris
- 147 Ademildo Mauris Pantofa
- 148 Maria Edinelma Mauris Ferreira
- 149 Dimair Ribeiro de Cavalho
- 150 Naide Mauris de Cavalho
- 151 André Mauris Pantofa
- 152 Adrielle Silva dos Santos
- 153 Marcel Mauris Freitas
- 154 Adilson Mauris Pantofa
- 155 ~~Jose~~ Jose Ribeiro Mauris
- 156 Silvana Nunes Costa
- 157 Maria Ribeiro Mauris
- 158 Rita de Jesus Neri
- 159 RAMIRO RIBEIRO DOS SANTOS FILHO
- 160 Cassiana dos Santos Gonçalves
- 161 Antônio Ribeiro Serra dos Santos
- 162 Jefferson do Nascimento Costa
- 163 Edna Maria da Serra
- 164 Bonildo Moreira Campos
- 163 Maria Ferreira Moreira
- 166 Suzana Moreira Campos
- 167 Bruno Moreira Campos

- 168 - José Antonio Alcantara da Silva  
 169 - João Ivan Campos de Jesus  
 170 - Idem Moreira Campos  
 171 - Maximo Campos de Jesus  
 172 - Rita Moreira Campos  
 173 - Nicely Miranda Paiva  
 174 - Maria Ferreira Paiva  
 175 - Antônio Paiva da Silva  
 176 - Maria da Conceição Figueiredo  
 177 - Jaimeundo Figueiredo  
 178 - Manoel Moreira Figueiredo  
 179 - João Campos de Jesus  
 180 - Juliana Mota Moreira  
 181 - Genilson Mota Moreira  
 182 - Roselina Lopes dos Santos  
 183  
 184  
 185  
 186  
 187  
 189  
 190  
 191  
 192  
 193  
 194  
 195  
 196  
 197  
 198  
 199  
 200  
 201

1. Valdeir Ribeiro Maués 796.825.882-00
2. Valdomira Rodrigues Calandrim Almeida 806.414.742.53
3. Alcide Rodrigues Calandrim 757.339.352.00
4. Maria Marta Pantoja Maués 705.346.752-04
5. Carmilene Duarte Beltrão Maués 425.485.512-53
6. Edemaise da S. Santos Maués 819.570.252.04
7. Edileuza da Silva Santos 377.464.212-53
8. Rita Verissimo Maués 643.392.702-53
9. Geraldo Verissimo Maués 105.093.192.04
10. Maria Estalina dos Santos Maués 190.105.752-68
11. Leammar Almeida Maués 01036281264
- 12) Dalcione Costa Cardoso 918.658.752.87
13. Joana Maria Ribeiro Lobato. 368-604.842-68
14. José Augusto Maués Ribeiro. 6915.11802-00
15. Rosely Abellan Quante 009.116.702-65
16. Brasilina Martins Maués
17. Ilda Maués Ribeiro 715331252-87
18. José Augusto M. MAUES 808.146.972.91
19. Daniele dos Santos Santos 5049263
20. Claudenira da Silva Lopes 010.417.052-20
21. Yaremildo Lopes Leite 000.167.242-83
22. Pedro de Jesus Souza Almeida
23. Bruno Malheiro de Souza 5099341
24. Reginaldo da Silva Lopes
25. Dirivaldo de Souza Santos 881511.232-49
26. Leuvaldo da Silva Santos 67822681248
27. René Almeida dos Santos 010.362.672-70.
28. Rosa Helena Sacramento de Sousa RG 1383031
29. Thays do Carmo de Lellis. RG 5089486
30. Rosilene Lopes dos Santos 402477242-
31. <sup>20</sup>Elizeti dos Santos P. Ferreira CPF. 606.904.002-91

- 32 - Leucônio de Souza da Silva CPF 372985492-49
- 33 - Rosemete dos Santos Mouës CPF 55239992-34
- 34 - Anís dos Santos Mouës CPF 021.144.412-27
- 35 - Jacilene dos Santos Avelar. 030-48 95 92-29
- 36 - Anete Dias dos Santos 402.538.482-53
- 37 - Pedro Roberto dos Santos, RG 7183832
- 38 - Sérgio Reis Miranda dos Santos RG 3406436
- 39 - Proselma dos Santos Campos RG 6732309
- 40 - Hellem Patrícia dos Santos Santos RG 6137920
- 41 - Benilda dos Santos da Silva 5874918
- 42 - Márcia Beltrão da Silva 3748211
- 43 - Jânio Duarte Postano 4515393
- 44 - Ubirátio dos Santos Silva 3273809
- 45 - Osvaldo da Silva Santos
- 46 - Maria Maria Ribeiro da Silva 3011424
- 47 - Barrenbueia dos Santos de Souza 3406227
- 48 - Carmem Luíze dos Santos de Souza 5213559
- 49 - Valdeir Ribeiro Mouës 2229103

Travessa O de Almeida 1083  
66053-380 Reduto Belém Pará  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)



Belém, 20 de março de 2015.

Ofício nº: 04/2015

A

Vossa Excelência

O Senhor Deputado Estadual

Lélio Costa

Prezado senhor,

O Instituto Peabiru gostaria de apresentar sua grande preocupação com a presença de piratas, ameaçando a população e nossa equipe técnica nos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) Santana, Setubal, Soberana, Urubuquara e Xipaiá, localizados nos municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari, Marajó, PA.

Isto se deve ao fato do Instituto Peabiru ser contratado do **Ministério Do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária, Superintendência Regional Do Pará – Sr-01, Divisão De Desenvolvimento - Sr 01/D, Setor De Assistência Técnica E Extensão Rural - Sr 01/D-2.**

Em anexo, correspondência enviada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Ministério Público Federal, bem como ao INCRA.

**Agradecemos a atenção a esta importante questão.**

Atenciosamente

  
João Meirelles Filho

Diretor Geral

Instituto Peabiru - 91.991447566

e-mail: [jmeirelles@peabiru.org.br](mailto:jmeirelles@peabiru.org.br)



Travessa Ó de Almeida 1083  
99050-360 Reduto Belém Pará  
F 66 91 3222 6000  
peabiru@peabiru.org.br  
www.peabiru.org.br



Belém, 16 de março de 2015.

Ofício nº: 04/2015

A

Vossa Excelência

O Senhor Deputado Federal

Edmilson Rodrigues

Prezado senhor,

O Instituto Peabiru gostaria de apresentar sua grande preocupação com a presença de piratas, ameaçando a população e nossa equipe técnica nos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) Santana, Setubal, Soberana, Uruouquara e Xipaiã, localizados nos municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari, Marajó, PA.

Isto se deve ao fato do Instituto Peabiru ser contratado do **Ministério Do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária, Superintendência Regional Do Pará – Sr-01, Divisão De Desenvolvimento - Sr 01/D, Setor De Assistência Técnica E Extensão Rural - Sr 01/D-2.**

Em anexo, correspondência enviada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Ministério Público Federal, bem como ao INCRA.

Agradecemos a atenção a esta importante questão.

Atenciosamente

  
João Meirelles Filho

Diretor Geral

Instituto Peabiru - 91.991447566

e-mail: jmeirelles@peabiru.org.br

  
em 25/03/15  
Vanessa Severina  
3353-5782